



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS IV
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

JAQUELINE MOURA DOS ANJOS

**SERTANEGRAS: ENTRE TERRA E SILÊNCIO A CONSTRUÇÃO DO
PERTENCIMENTO DAS MULHERES NEGRAS SERTANEJAS**

**JACOBINA – BA
2025**

JAQUELINE MOURA DOS ANJOS

**SERTANEGRAS: ENTRE TERRA E SILÊNCIO A CONSTRUÇÃO DO
PERTENCIMENTO DAS MULHERES NEGRAS SERTANEJAS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciado em
Geografia no Curso de Geografia da
Universidade do Estado da Bahia (UNEB),
Campus IV, sob orientação do Prof. Dr.
Fábio Nunes de Jesus.

**JACOBINA - BA
2025**

JAQUELINE MOURA DOS ANJOS

**SERTANEGRAS: ENTRE TERRA E SILÊNCIO A CONSTRUÇÃO DO
PERTENCIMENTO DAS MULHERES NEGRAS SERTANEJAS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Geografia no Curso de Geografia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus IV.

Aprovado em 16 de dezembro de 2025.

Prof. Dr. Fábio Nunes de Jesus
Orientador
UNEB

Profa. Dra. Jacy Bandeira Almeida Nunes
UNEB

Prof. Dr. Joselito Manoel de Jesus
UNEB

SERTANEGRAS: ENTRE TERRA E SILÊNCIO A CONSTRUÇÃO DO PERTENCIMENTO DAS MULHERES NEGRAS SERTANEJAS¹

Jaqueline Moura dos Anjos²

Fábio Nunes de Jesus³

Resumo: Este artigo apresenta uma reflexão teórico-crítica sobre a invisibilidade histórica e social das mulheres negras sertanejas no contexto brasileiro, reconhecendo suas contribuições culturais, políticas e territoriais. A partir de uma abordagem qualitativa fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental, mobiliza-se o referencial teórico da Geografia Humanista, dos estudos decoloniais e do feminismo negro para problematizar a relação dessas mulheres com o território sertanejo, o pertencimento e as múltiplas formas de resistência frente às estruturas patriarcais e racistas. O estudo articula os conceitos de lugar (Yi-Fu Tuan), território (Milton Santos; Rogério Haesbaert), invisibilidade (Sueli Carneiro) e interseccionalidade (Patricia Hill Collins; Lélia Gonzalez), privilegiando autoras negras como forma de valorizar epistemologias historicamente subalternizadas. Os resultados apontam que, embora as mulheres negras sertanejas sejam centrais na manutenção da vida, da cultura e da memória no sertão brasileiro, permanecem sistematicamente apagadas das narrativas oficiais, dos registros fundiários e das políticas públicas. Conclui-se que visibilizar essas mulheres não é apenas um gesto acadêmico, mas um compromisso ético-político com a justiça epistêmica e territorial.

Palavras-chave: mulheres negras; sertão; invisibilidade; pertencimento; território.

Abstract: This article presents a theoretical-critical reflection on the historical and social invisibility of Black women from the Brazilian backlands (sertão), recognizing their cultural, political, and territorial contributions. Based on a qualitative approach grounded in bibliographic review and documentary analysis, it mobilizes the theoretical framework of Humanistic Geography, decolonial studies, and Black feminism to problematize these women's relationship with the sertão territory, belonging, and multiple forms of resistance against patriarchal and racist structures. The study articulates the concepts of place (Yi-Fu Tuan), territory (Milton Santos, Rogério Haesbaert), invisibility (Sueli Carneiro), and intersectionality (Patricia Hill Collins, Lélia Gonzalez), prioritizing Black women authors as a way of valuing historically subalternized epistemologies. Results indicate that although Black women from the backlands are central to maintaining life, culture, and memory in the Brazilian sertão, they remain systematically erased from official narratives, land records, and public policies. The study concludes that making these women visible is not merely an academic gesture but an ethical-political commitment to epistemic and territorial justice.

¹ Artigo Científico apresentado à Universidade do Estado da Bahia, Campus IV, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Geografia, sob a orientação do Prof. Dr. Fábio Nunes de Jesus.

² Graduanda em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

³ Professor do curso de Geografia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – DCH-IV, Jacobina – Bahia.

Keywords: black women; backlands; invisibility; belonging; territory.

INTRODUÇÃO

sertão

s.m.

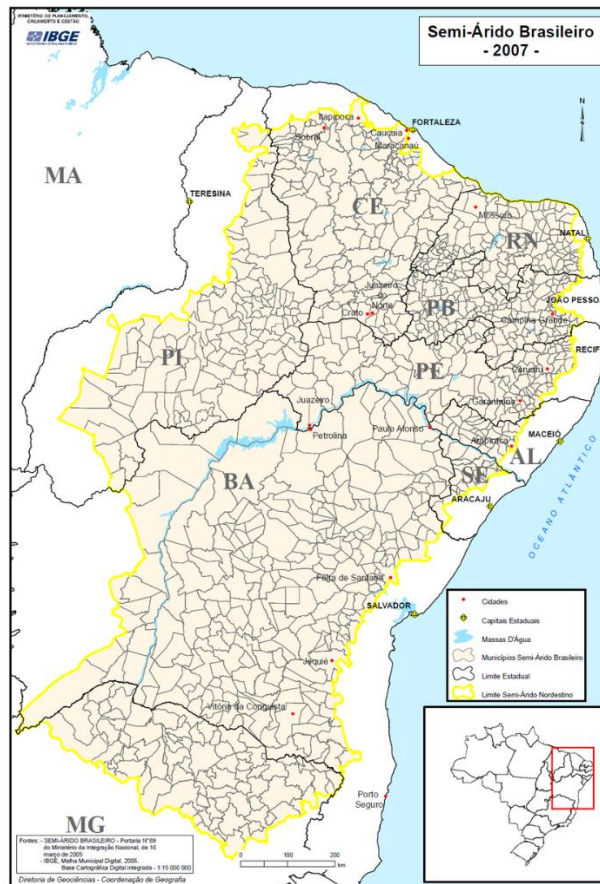
1. Região agreste, distante de povoações ou de terras densamente habitadas.
2. Brasil. Interior pouco povoado.
3. Zona fitogeográfica do Nordeste do país em que predomina o clima semiárido e a vegetação de caatinga (Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa).

A definição dicionarizada do termo *sertão* evidencia como este espaço foi historicamente associado à ideia de interioridade, afastamento e aridez, concepções que serão tensionadas ao longo deste trabalho, ao reconhecer o sertão como território vivido, marcado por pertencimentos, afetos e resistências.

O sertão brasileiro, que nesta pesquisa se apresenta como macroterritório, refere-se à região semiárida brasileira (Figura 1), também conhecida como “polígono das secas”, abrangendo o domínio morfoclimático da Caatinga. Historicamente visto como árido, escasso e isolado, abriga realidades múltiplas e complexas, que desafiam as representações estereotipadas consolidadas pela literatura, cinema e discurso midiático.

Neste território marcado por períodos prolongados de estiagem, economia de subsistência e distanciamento dos grandes centros urbanos, constituiu-se uma cultura rica em saberes ancestrais, práticas de resistência e formas particulares de relação com a terra. Entretanto, as narrativas hegemônicas sobre estes múltiplos sertões, frequentemente, privilegiam figuras masculinas, o vaqueiro, o cangaceiro e o retirante, relegando ao segundo plano ou ao completo silenciamento as experiências das mulheres que, de fato, sustentam a vida cotidiana nesse espaço.

Figura 1 - Mapa do Semiárido Brasileiro



Fonte: IBGE (2007).

Dentre essas mulheres invisibilizadas, as mulheres negras sertanejas ocupam posição ainda mais marginal. Herdeiras de saberes afro-diaspóricos, elas são responsáveis pela manutenção de práticas culturais, pelo cuidado com a terra e pela transmissão de conhecimentos tradicionais relacionados à agricultura, medicina popular, culinária e espiritualidade. São parteiras, rezadeiras, agricultoras, artesãs, líderes comunitárias. Contudo, raramente aparecem como sujeitas centrais nas pesquisas acadêmicas, nos registros históricos ou nas políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural.

Essa invisibilidade não é acidental. Ela resulta de uma sobreposição de opressões, racismo, sexismo e marginalização territorial, que operam simultaneamente para apagar a presença e as contribuições dessas mulheres. Conforme argumenta Sueli Carneiro (2005), o epistemicídio, ou seja, a negação sistemática dos saberes produzidos por grupos subalternizados, é parte constitutiva

do projeto colonial que persiste nas estruturas sociais brasileiras. No caso das mulheres negras sertanejas, esse apagamento manifesta-se tanto na ausência de seus nomes nos documentos de propriedade da terra quanto na desvalorização de seus conhecimentos e experiências.

A literatura euclidiana, marco fundador da representação do sertão na cultura brasileira, exemplifica esse fenômeno. Em *Os Sertões* (1902), Euclides da Cunha faz menções genéricas e depreciativas às mulheres, referindo-se a elas como "megeras", "beatas" ou "tipos inertes", sem jamais nomeá-las ou reconhecer suas agências históricas. Como aponta Luzilá Ferreira (2002, p. 369), essas mulheres surgem como "[...] elementos quase marginais" em uma narrativa que já trata de uma população marginalizada, constituindo-se como o "outro do outro", duplamente silenciadas.

Diante desse cenário, emerge a seguinte questão problema: Por que as experiências, os saberes e as contribuições das mulheres negras sertanejas têm sido historicamente invisibilizadas nas narrativas sociais, culturais, literárias e acadêmicas, e de que forma essas mulheres constroem resistência, pertencimento e territorialidade no sertão? Com isso, esta pesquisa tem como objetivo geral visibilizar as experiências, as contribuições, os saberes e as formas de resistência das mulheres negras sertanejas, reconhecendo sua relação profunda com o território, e compreendendo como suas histórias foram historicamente invisibilizadas nas narrativas sociais, culturais e acadêmicas.

Dito isto, esta pesquisa pretende:

- identificar e descrever as principais contribuições culturais, sociais e territoriais das mulheres negras sertanejas;
- analisar narrativas, representações e experiências de vida dessas mulheres, destacando suas formas de resistência, agência e pertencimento;
- investigar os fatores históricos, sociais, raciais e culturais que produziram a invisibilidade das mulheres negras sertanejas ao longo do tempo;
- compreender a relação entre corpo, território e pertencimento na vivência das mulheres negras sertanejas, à luz da Geografia Humanista, do feminismo negro e dos estudos decoloniais;

- Propor caminhos e estratégias que contribuam para a valorização, a visibilização e o reconhecimento social, acadêmico e político das mulheres negras sertanejas.

Sendo assim, é imprescindível compreendermos como se constitui o pertencimento das mulheres negras sertanejas ao território do sertão, considerando os processos históricos de invisibilização, as estruturas de poder patriarcais e raciais, e as práticas cotidianas de resistência.

Para atender os objetivos desta pesquisa, faz-se necessário entendermos como as categorias geográficas de lugar e território podem contribuir para a compreensão da relação dessas mulheres com o espaço sertanejo. Além disso, saber como os saberes tradicionais das mulheres negras sertanejas constituem formas de produção de conhecimento e resistência epistêmica, assim como, quais os impactos concretos da invisibilidade dessas mulheres em termos de acesso a direitos, políticas públicas e reconhecimento social.

Dito isto, a presente pesquisa justifica-se pela urgência de romper com o silenciamento histórico que recai sobre as mulheres negras sertanejas. No campo da Geografia, os estudos sobre o sertão brasileiro ainda carecem de abordagens que considerem adequadamente as intersecções entre gênero, raça e território. A Geografia Humanista, ao valorizar a experiência vivida e os significados atribuídos aos lugares, oferece ferramentas conceituais fundamentais para compreender como essas mulheres constroem seus vínculos afetivos e simbólicos com a terra.

Do ponto de vista social, reconhecer e visibilizar as contribuições das mulheres negras sertanejas é um ato de justiça histórica e epistêmica. Essas mulheres não são vítimas passivas das circunstâncias, mas sujeitas políticas que resistem, recriam e ressignificam seus territórios cotidianamente. Suas histórias, quando contadas, desestabilizam narrativas coloniais e patriarcais que sustentam desigualdades estruturais.

Além disso, esta pesquisa alinha-se ao compromisso ético da produção acadêmica decolonial, que busca valorizar epistemologias historicamente subalternizadas, privilegiando autoras negras e perspectivas que emergem das margens. Como afirma Djamilia Ribeiro (2018), o lugar de fala não se trata de essencialismo, mas de reconhecer que determinadas experiências produzem conhecimentos específicos que precisam ser ouvidos e legitimados.

1 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um ensaio teórico-reflexivo de caráter qualitativo, fundamentado em revisão bibliográfica crítica e análise documental. Diferentemente de estudos empíricos que recorrem à coleta de dados primários por meio de entrevistas, observação participante ou outras técnicas de campo, este trabalho ancora-se na problematização de produções acadêmicas, obras literárias e referenciais históricos que abordam, direta ou indiretamente, a experiência das mulheres negras sertanejas no contexto do sertão brasileiro.

A opção metodológica pelo ensaio justifica-se tanto por razões epistemológicas quanto por limitações estruturais inerentes ao tempo e às condições de realização de um Trabalho de Conclusão de Curso. Do ponto de vista epistemológico, o ensaio, conforme concebido por autores como Georg Lukács (1911) e Theodor Adorno (1986), constitui-se como forma legítima de produção de conhecimento que não aspira à totalidade ou à verdade definitiva, mas se propõe como exercício intelectual de tensionamento crítico de pressupostos estabelecidos.

Adorno (1986, p. 181) argumenta que o ensaio "[...] rebela-se contra a ideia de 'obra prima', que, por sua vez, espelha a ideia de criação e de totalidade". Nessa perspectiva, o ensaio acolhe contradições, assume-se como conhecimento provisório e privilegia a relação dialética entre teoria e experiência. No caso desta pesquisa, trata-se de mobilizar categorias teóricas da Geografia, dos estudos decoloniais e do feminismo negro para lançar novas luzes sobre um objeto historicamente invisibilizado, sem a pretensão de esgotar o tema, mas de abrir caminhos interpretativos e políticos.

Como afirma André Trindade (2016, p. 89), "[...] a característica mais elementar do ensaio é a originalidade. O entendimento deste está relacionado à concepção de novidade". A originalidade desta pesquisa reside precisamente em articular categorias geográficas: lugar, território, pertencimento a partir da perspectiva das mulheres negras sertanejas, sujeitas historicamente apagadas das

narrativas sobre o sertão. Essa articulação representa não apenas uma novidade temática, mas uma "subversão da racionalidade dominante" (Trindade, 2016) que privilegiou, ao longo da história, vozes masculinas, brancas e urbanas na produção de conhecimento sobre o espaço sertanejo.

A construção do corpus teórico baseou-se em levantamento e análise crítica de produções acadêmicas situadas em campos principais como: Geografia Humanista e Cultural, mobilizando os conceitos de lugar, espaço vivido e toponímia, fundamentalmente a partir das obras de Yi-Fu Tuan (*Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*, 1983; *Toponímia*, 2012), que permitem compreender as dimensões afetivas e simbólicas da relação entre as mulheres sertanejas e o território. Também se recorreu a Milton Santos (*O espaço do cidadão*, 2006) para discutir a dimensão política do espaço e a luta por reconhecimento nos territórios marginalizados. Recentemente, as contribuições de Rogério Haesbaert (*O corpo como território*, 2024) permitiram articular a noção de corpo-território, central para compreender como as mulheres negras sertanejas inscrevem suas histórias e resistências em seus próprios corpos.

O Feminismo Negro e os Estudos Decoloniais privilegiaram autoras negras que discutem invisibilidade, epistemicídio, interseccionalidade e resistência. Sueli Carneiro (2005) fornece a base conceitual para compreender o apagamento sistemático dos saberes das mulheres negras. Lélia Gonzalez (2018) permite analisar como racismo e sexismo estruturam as representações culturais sobre essas mulheres. Patricia Collins (2019) oferece a interseccionalidade para compreender as opressões simultâneas de raça, gênero e classe. Angela Davis (2016) contribui com a análise histórica do papel das mulheres negras nas lutas sociais. Ribeiro (2018) fundamenta a discussão sobre lugar de fala e pertencimento simbólico.

A partir da Literatura e das Representações Culturais, analisa-se a obra *Torto Arado* (2019), de Itamar Vieira Junior, que oferece representações potentes da relação entre mulheres negras e terra no contexto rural brasileiro. Também foram consideradas análises críticas sobre *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha, especialmente a partir da tese de Daniela Oliveira (2022), que problematiza a representação das mulheres na obra euclidiana.

Além da revisão bibliográfica, procedeu-se à análise de documentos históricos, matérias jornalísticas e produções institucionais, como publicações da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), que abordam a situação das mulheres no sertão contemporâneo. Essa análise permitiu contextualizar historicamente os processos de invisibilização e identificar iniciativas contemporâneas de resistência e organização política dessas mulheres.

Em suma, esta pesquisa alinha-se a uma perspectiva epistemológica decolonial, que questiona a universalidade do conhecimento produzido a partir de centros hegemônicos, buscando valorizar saberes situados, nascidos das margens. Como propõe Ochy Curiel (2014), trata-se de descolonizar o próprio fazer científico, confrontando epistemologias eurocentradas e reconhecendo a legitimidade de outras formas de conhecer o mundo.

Nesse sentido, privilegiar autoras negras não constitui mera escolha metodológica, mas compromisso ético-político com a justiça epistêmica. Reconhece-se que determinadas experiências, especialmente aquelas marcadas por opressões interseccionais de raça, gênero e classe, produzem conhecimentos específicos que precisam ser centralizados, e não apenas "incluídos" como vozes auxiliares em narrativas que continuam privilegiando perspectivas dominantes.

2 REFERENCIAL TEÓRICO ACERCA DA INVISIBILIDADE E A NEGAÇÃO DOS SABERES DAS MULHERES NEGRAS

A compreensão da invisibilidade das mulheres negras sertanejas exige, primeiramente, o reconhecimento de que esse apagamento não é acidental, mas estrutural. Sueli Carneiro (2005) desenvolve o conceito de epistemicídio para designar o processo sistemático de negação, desqualificação e destruição dos saberes produzidos por grupos subalternizados, especialmente populações negras e indígenas. Segundo a autora, o epistemicídio constitui-se como dimensão fundamental do projeto colonial que, para além da dominação física e econômica, opera também no plano simbólico e cognitivo.

No contexto das mulheres negras sertanejas, o epistemicídio manifesta-se de múltiplas formas: na ausência de seus nomes nos registros históricos e fundiários; na desvalorização de seus conhecimentos tradicionais relacionados à agricultura, medicina popular e espiritualidade; na representação estereotipada (quando

existente) nas produções culturais; e na exclusão sistemática dos espaços de produção acadêmica e política institucional. Essas mulheres são, nas palavras de Carneiro (2005), construídas como "não-ser", como ausências que sequer chegam a ser reconhecidas como lacunas.

Gonzalez (2018) complementa essa análise ao demonstrar como o racismo e o sexismo estruturam o imaginário brasileiro, produzindo representações específicas sobre a mulher negra. No contexto rural e sertanejo, quando essas mulheres aparecem nas narrativas, frequentemente são reduzidas a figuras maternas, assexuadas e subservientes, representações que ocultam tanto suas subjetividades quanto suas potências políticas. Gonzalez argumenta que a cultura brasileira construiu a mulher negra como corpo subalternizado, negando-lhe o reconhecimento como sujeito histórico e produtor de conhecimento.

A invisibilidade, portanto, não significa simplesmente "não ser vista", mas ser ativamente apagada, desqualificada e silenciada. Grada Kilomba (2019) propõe que esse silenciamento funciona como dispositivo colonial de controle, impedindo que determinadas narrativas circulem e produzam efeitos de transformação social. Para a autora, o ato de escrever e de narrar as próprias histórias constitui, assim, forma de resistência e de cura coletiva.

Para compreender a especificidade da condição das mulheres negras sertanejas, é fundamental mobilizar o conceito de interseccionalidade, desenvolvido inicialmente por Kimberlé Crenshaw, e amplamente apropriado por teóricas do feminismo negro. Patricia Hill Collins (2019) define interseccionalidade como a compreensão de que sistemas de opressão, racismo, sexismo, classismo e heteronormatividade não operam de forma isolada, mas se entrelaçam e se potencializam mutuamente, produzindo experiências específicas que não podem ser entendidas pela simples soma de categorias.

No caso das mulheres negras sertanejas, a interseccionalidade revela-se particularmente produtiva. Essas mulheres experimentam simultaneamente:

- a) **opressão de gênero**: em uma sociedade patriarcal que relega às mulheres papéis secundários, limitando seu acesso à propriedade, a crédito, à participação política e ao reconhecimento público;
- b) **opressão racial**: em um país estruturado pelo racismo, que desvaloriza corpos, culturas e epistemologias negras;

- c) **opressão de classe:** em contextos de pobreza rural, marcados por escassez de recursos, falta de infraestrutura e exclusão econômica; e
- d) **marginalização territorial:** em regiões historicamente negligenciadas pelas políticas públicas e estigmatizadas culturalmente como "atrasadas" ou "improdutivas".

Davis (2016) demonstra, em sua análise histórica, que as mulheres negras sempre ocuparam posição particular nas lutas sociais, justamente por vivenciarem essas opressões interseccionais. No contexto do trabalho rural, Davis evidencia que mulheres negras escravizadas e, posteriormente, trabalhadoras rurais, foram submetidas a formas específicas de exploração que articulavam dimensões de raça, gênero e classe. Essa análise histórica ilumina a compreensão das continuidades e rupturas nas experiências das mulheres negras sertanejas contemporâneas.

Carla Akotirene (2020) avança na discussão, ao propor o conceito de corpo-território, que articula a dimensão corporal e a dimensão espacial das opressões e resistências. Para a autora, o corpo das mulheres negras é ele próprio um território político, onde se inscrevem violências históricas, mas também memórias, saberes e potências de transformação. No contexto sertanejo, essa noção é particularmente potente: os corpos das mulheres negras carregam as marcas do trabalho na terra, do sol escaldante, dos partos realizados em condições precárias, mas também a força da resistência, a beleza da cultura afro-diaspórica e a sabedoria ancestral.

Nesse contexto, o lugar, o território e o pertencimento na Geografia Humanista oferece ferramentas conceituais fundamentais para compreender a relação das mulheres negras sertanejas com o espaço. Yi-Fu Tuan (1983), em sua obra seminal *Espaço e Lugar*, propõe distinção entre essas duas categorias: enquanto o *espaço* refere-se a algo abstrato, aberto, potencial, o *lugar* é espaço investido de significado, apropriado afetivamente pela experiência vivida.

Para Tuan (1983, p. 6), "[...] espaço e lugar são termos familiares que indicam experiências comuns. Vivemos no espaço. [...] O lugar é segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro". Essa dialética entre segurança e liberdade, entre enraizamento e abertura, é particularmente relevante para pensar a experiência das mulheres sertanejas. O sertão, para essas mulheres, não é apenas um espaço geográfico delimitado por coordenadas ou características climáticas; é lugar de memória, de pertencimento, de construção identitária.

O conceito de topofilia, também desenvolvido por Tuan (2012), designa os laços afetivos entre pessoas e lugares. No caso das mulheres negras sertanejas, a topofilia manifesta-se na relação íntima com a terra cultivada, com as plantas medicinais conhecidas, com os caminhos percorridos diariamente. Essa relação não é meramente utilitária, mas profundamente simbólica e afetiva.

Norberg-Schulz (2007), ao retomar o conceito romano de *genius loci* (espírito do lugar), argumenta que cada lugar possui caráter próprio, que determina modos específicos de habitar. Para o autor, "[...] os antigos reconheciam a suma importância de entrar em acordo com o *genius* da localidade onde viviam" (Norberg-Schulz, 2007, p. 454). As mulheres sertanejas, ao longo de gerações, desenvolveram esse "acordo" com o sertão: aprenderam os ciclos das chuvas, conhecem as plantas que resistem à seca, sabem quando plantar e quando guardar. Esse conhecimento não é técnico-científico no sentido moderno, mas profundamente situado, enraizado na experiência vivida.

Santos (2006) contribui para essa discussão, ao politizar o conceito de espaço. Para esse autor, o espaço não é neutro, mas produto e produtor de relações sociais. O autor propõe a noção de espaço do cidadão, enfatizando que o direito à cidade e ao território é dimensão fundamental da cidadania. No contexto sertanejo, essa perspectiva permite compreender como a exclusão territorial das mulheres negras materializada na ausência de titularidade da terra, na falta de acesso a crédito e assistência técnica constitui negação de direitos fundamentais.

Haesbaert (2024), em contribuição recente, articula a noção de corpo-território a partir de perspectiva latino-americana e decolonial. O autor dialoga com epistemologias indígenas e feministas, que compreendem o território não apenas como porção delimitada de terra, mas como dimensão existencial que abarca corpo, memória, cultura e espiritualidade. Haesbaert (2024) evidencia que, para povos tradicionais e comunidades marginalizadas, corpo e território constituem dimensões indissociáveis da existência, estabelecendo uma continuidade entre a dimensão corporal e a espacial.

Essa abordagem é fundamental para compreender as mulheres negras sertanejas. Seus corpos são marcados pela terra, pela textura do barro, pelo calor do sol, pelas cicatrizes do trabalho braçal. Simultaneamente, a terra é marcada por esses corpos: pelas sementes plantadas, pelas plantas medicinais cultivadas, pelas

casas de taipa erguidas, pelas crianças paridas e criadas. A relação entre mulher e território, nesse sentido, é de mútua constituição.

O sertão brasileiro não é categoria meramente geográfica, mas construção histórica, social e cultural. Como demonstra Tairone Zuliani de Macedo, o termo *sertanejo* possuía, no início do século XVII, função estrita de designar populações coloniais que habitavam territórios relativamente afastados da orla atlântica, sem assinalar tipo cultural ou regional específico. A significação do termo remetia, precisamente, à determinação geográfica: sertão era lócus inexplorado ou pouco conhecido, habitado pelo gentio, por quilombolas ou renegados.

Ao longo do tempo, o sertão foi sendo construído discursivamente como espaço de falta: falta de água, falta de desenvolvimento, falta de civilização. Essa construção serviu a propósitos políticos e econômicos específicos, justificando tanto a marginalização dessas regiões nas políticas públicas quanto a exploração de suas populações. O sertão tornou-se sinônimo de atraso em oposição ao litoral civilizado, de seca em oposição à abundância, de violência em oposição à ordem.

A literatura desempenhou papel fundamental nessa construção imaginária. Os *Sertões* (1902), de Euclides da Cunha, fixou representações sobre o sertão e os sertanejos, que perduram até hoje. Entretanto, como demonstra Oliveira (2022), essa obra canônica apresenta profunda assimetria de gênero. Em toda a narrativa euclidiana, as mulheres aparecem como "elementos quase marginais", descritas genericamente como "moças", "velhas", "bruxas", "megeras" e "beatas", sem qualquer contexto biográfico ou reconhecimento de suas agências. Como aponta Ferreira (2002, p. 369), essas mulheres são "[...] mostradas por Euclides como tipos inertes, o resultado normal, evidente, de um passado patriarcal [...] apresentam-se, assim, quase que assexuadas, despersonalizadas".

Esse apagamento literário reflete e reforça o apagamento histórico e social. As mulheres sertanejas especialmente as negras foram sistematicamente excluídas das narrativas que construíram o imaginário nacional sobre o sertão. Quando aparecem, é de forma estereotipada ou secundária, nunca como protagonistas ou sujeitas políticas.

Os saberes tradicionais das mulheres negras sertanejas constituem forma específica de produção de conhecimento que desafia a hegemonia da racionalidade técnico-científica moderna. Esses saberes relacionados à agricultura de sequeiro, ao

manejo da caatinga, ao uso de plantas medicinais, às práticas de cura espiritual foram construídos ao longo de gerações, em diálogo com o ambiente e com tradições afro-diaspóricas trazidas pelos povos escravizados.

As rezadeiras ou benzedadeiras, por exemplo, ocupam posição central nas comunidades sertanejas. Essas mulheres dominam conhecimentos sobre ervas, orações e rituais, que combinam elementos do catolicismo popular, de religiões afro-brasileiras e de saberes indígenas. Suas práticas de cura não se limitam ao tratamento de enfermidades físicas, mas abarcam dimensões espirituais e emocionais, compreendendo o ser humano de forma integral.

As parteiras tradicionais representam outro exemplo significativo. Durante séculos, essas mulheres foram responsáveis pela maioria dos partos realizados no sertão, desenvolvendo técnicas específicas, conhecimentos sobre posições de parto, uso de chás e plantas para facilitar o nascimento. Como evidencia a literatura, especialmente em *Torto Arado* (2019), as parteiras não apenas trazem crianças ao mundo, mas exercem função social e simbólica fundamental nas comunidades.

As agricultoras sertanejas desenvolveram conhecimentos sofisticados sobre o plantio em condições de semiaridade, seleção de sementes crioulas, consórcio de culturas, observação de sinais da natureza para prever chuvas. Esse conhecimento agrônomo tradicional, frequentemente desvalorizado pela agronomia moderna, demonstra-se muitas vezes mais adequado ao contexto local do que técnicas importadas de outras realidades.

Ribeiro (2018) argumenta que o reconhecimento desses saberes é questão de justiça epistêmica. Não se trata de romantizar o conhecimento tradicional ou negar a validade do conhecimento científico moderno, mas de reconhecer a pluralidade de formas válidas de conhecer o mundo. As mulheres negras sertanejas, por sua posição social específica, desenvolveram epistemologias particulares que precisam ser legitimadas e valorizadas. Assim, compreender as mulheres negras sertanejas como sujeitas históricas exige superar interpretações vitimizadoras que as reduzem à posição de passividade diante das opressões. Embora seja inegável que essas mulheres enfrentem violências estruturais múltiplas, elas também constroem cotidianamente formas de resistência, resiliência e transformação.

A resistência, nesse contexto, não se manifesta apenas em grandes gestos políticos ou movimentos organizados (embora esses também existam e sejam

importantes), mas fundamentalmente nas práticas cotidianas: na decisão de permanecer na terra, apesar das adversidades; na transmissão de saberes às novas gerações; na organização de redes de apoio mútuo entre mulheres; na manutenção de práticas culturais e espirituais; na luta diária pela sobrevivência e dignidade.

Como evidencia Itamar Vieira Junior (2019, p. 229-230), a relação das mulheres negras com a terra transcende a dimensão econômica ou jurídica. Quando a personagem Dona afirma "Eu pari esta terra. [...] Esta terra mora em mim, brotou em mim e enraizou. Aqui é a morada da terra. Mora aqui em meu peito", ela expressa compreensão do pertencimento que não depende de documentos oficiais ou reconhecimento formal. O território, nessa perspectiva, constitui-se pela experiência vivida, pelo trabalho, pela memória e pelos afetos.

Essa noção de pertencimento desafia a lógica proprietária moderna que reduz a terra à mercadoria passível de compra e venda. Para as mulheres sertanejas, especialmente aquelas vinculadas a comunidades tradicionais, a terra é parte constitutiva da identidade, não podendo ser separada da existência, sem profunda violência simbólica e material.

Ochy Curiel (2014) propõe que a crítica decolonial feminista deve reconhecer as múltiplas formas de resistência desenvolvidas por mulheres racializadas e periféricas, sem impor modelos universais de emancipação. No contexto sertanejo, isso significa valorizar as estratégias específicas desenvolvidas por essas mulheres, mesmo quando não correspondem a formas organizativas típicas dos movimentos sociais urbanos.

A articulação entre corpo e território, proposta por autores como Carla Akotirene (2020) e Haesbaert (2024), revela-se particularmente produtiva para compreender a experiência das mulheres negras sertanejas. O corpo dessas mulheres é território marcado por histórias de opressão à escravidão, o trabalho forçado, as violências sexuais, a exploração econômica, mas também por histórias de resistência, beleza e potência.

Os corpos das mulheres negras carregam inscrições da história colonial brasileira. As marcas do trabalho braçal, a pele escurecida pelo sol e as mãos calejadas são testemunhos materiais de trajetórias de exploração. Simultaneamente, esses mesmos corpos são repositórios de sabedoria, memória ancestral, força e capacidade de transformação.

A relação entre corpo e terra, no contexto sertanejo, manifesta-se de múltiplas formas: no conhecimento tátil da textura do solo; na capacidade de sentir no próprio corpo os sinais de mudança climática; na experiência da maternidade que aproxima simbolicamente a mulher da terra fértil; no trabalho agrícola que estabelece continuidade entre esforço corporal e produção da vida.

Haesbaert (2024) destaca que epistemologias indígenas e afro-diaspóricas frequentemente compreendem terra e corpo como dimensões integradas, recusando a separação cartesiana entre sujeito e natureza. Para essas cosmovisões, a terra não é objeto externo a ser dominado ou explorado, mas extensão do próprio ser, merecedora de cuidado e respeito.

Essa compreensão desafia profundamente a racionalidade moderna ocidental que fundamenta tanto o capitalismo quanto o patriarcado. Reconhecer o corpo-território das mulheres negras sertanejas significa, portanto, não apenas uma operação conceitual, mas um gesto político de valorização de epistemologias outras, historicamente subalternizadas.

3 SERTANEGRAS ENTRE TERRA E SILÊNCIO: CARACTERÍSTICAS E CONTRIBUIÇÕES DAS MULHERES NEGRAS SERTANEJAS

As mulheres que pertencem ao sertão e fazem dele seu lugar de pertencimento apresentam características que refletem simultaneamente as condições geográficas da região, a história colonial brasileira e as resistências construídas ao longo de gerações. A resiliência dessas mulheres não deve ser romantizada como simples capacidade de suportar adversidades, mas compreendida como construção histórica de estratégias de sobrevivência e transformação.

As mulheres sertanejas, especialmente as negras, desempenham múltiplos papéis, que vão além das funções reprodutivas frequentemente associadas a elas. São trabalhadoras rurais ativas na agricultura familiar, no cuidado com o gado e em todas as atividades produtivas. Dividem seu tempo entre o trabalho no campo (tão árduo quanto o dos homens) e as responsabilidades domésticas e de cuidado, vivendo o que o feminismo contemporâneo denomina de "dupla jornada".

São, ademais, guardiãs de tradições culturais. A culinária sertaneja, com seus pratos típicos elaborados a partir de ingredientes locais adaptados à disponibilidade sazonal, é transmitida de mãe para filha em processos de aprendizagem que envolvem não apenas técnicas culinárias, mas conhecimentos sobre plantas, propriedades nutricionais e medicinais dos alimentos. O artesanato tradicional, trabalhos em barro, cestaria, tecelagem, bordados, constitui não apenas atividade econômica complementar, mas expressão cultural e forma de manutenção de técnicas ancestrais.

A dimensão espiritual e de cuidado da saúde comunitária merece destaque especial. As rezadeiras ou benzedadeiras ocupam posição de liderança informal nas comunidades, sendo procuradas para tratar desde problemas físicos até aflições espirituais. Suas práticas, que combinam orações católicas, conhecimento de ervas medicinais e rituais de origem africana e indígena, representam sistema de cuidado em saúde alternativo à biomedicina, especialmente relevante em contextos onde o acesso a serviços médicos formais é limitado ou inexistente.

As parteiras tradicionais, embora cada vez mais raras devido à medicalização do parto, representam figuras históricas fundamentais. Durante séculos, essas mulheres foram responsáveis por trazer ao mundo a maioria das crianças nascidas no sertão, desenvolvendo conhecimentos obstétricos sofisticados, técnicas de manejo da dor, uso de plantas para facilitar o trabalho de parto. Como expressa Itamar Vieira Junior (2019, p. 72), essas mãos que "apanharam" cada criança também "pariram esta terra", estabelecendo continuidade simbólica entre nascimento humano e vida territorial.

A geografia do sertão brasileiro, caracterizada pelo clima semiárido, vegetação de caatinga e irregularidade pluviométrica, impõe condições específicas de existência. Os longos períodos de estiagem, que podem se estender por meses ou anos, representam desafio constante para as populações que ali habitam. A escassez hídrica afeta não apenas a produção agrícola, mas todas as dimensões da vida cotidiana: o abastecimento doméstico, a higiene, a alimentação do gado.

As mulheres sertanejas desenvolveram, ao longo de gerações, conhecimentos sofisticados de adaptação a essas condições. Sabem identificar sinais da natureza que anunciam chuvas, comportamento de animais, formação de nuvens, direção dos ventos. Conhecem as plantas nativas da caatinga que resistem

à seca e possuem propriedades alimentícias ou medicinais. Dominam técnicas de armazenamento de água, de conservação de alimentos, de plantio em períodos estratégicos.

Esse conhecimento não é meramente prático ou utilitário, mas profundamente integrado a uma cosmovisão que compreende a relação com a natureza de forma não-exploratória. Como observa Tuan (1983), existe diferença fundamental entre conhecer o ambiente como recurso a ser explorado e conhecê-lo como lugar de pertencimento. Para as mulheres sertanejas, especialmente aquelas vinculadas a modos de vida tradicionais, a caatinga não é obstáculo a ser vencido, mas dimensão constitutiva da própria identidade.

A construção de casas de taipa, técnica tradicional que utiliza barro, madeira e palha, exemplifica essa integração. As mulheres participam ativamente desse processo, que envolve conhecimentos sobre qualidade do solo, momento adequado para retirar o barro, técnicas de preparação da massa, estruturação das paredes. A casa de taipa não é apenas habitação, mas expressão material da relação entre corpo, terra e pertencimento.

A invisibilidade das mulheres sertanejas nas narrativas históricas e culturais não resulta de sua ausência efetiva, mas de processos ativos de silenciamento. A literatura brasileira, particularmente aquela que se dedicou a representar o sertão, frequentemente reproduziu e reforçou esse apagamento.

Os *Sertões* (1902), obra fundadora da literatura sobre o sertão, é emblemática nesse sentido. Conforme demonstra Oliveira (2022), Euclides faz exatamente quarenta referências ao termo "mulher" ou "mulheres" ao longo de toda a obra, utilizando ainda expressões como "moça", "velhas", "bruxas", "megeras" e "beatas". Essas mulheres circulam pela narrativa sem serem nomeadas, sem contexto biográfico, apresentadas genericamente como "apêndices indesejados" que contribuem para "o aumento do caos".

Ferreira (2002, p. 369) observa que as mulheres em *Os Sertões* são

[...] elementos quase marginais, no interior de uma comunidade constituída, ela própria, de párias. Mais miseráveis que os homens, aos quais são submissas, e que as exploram, são mostradas por Euclides como tipos inertes, o resultado normal, evidente, de um passado patriarcal.

Representação, ou antes, essa não representação fixa imaginário sobre o sertão onde as mulheres aparecem "quase que assexuadas, despersonalizadas", reduzidas a funções biológicas e reprodutivas.

O silenciamento estende-se aos registros documentais. Mesmo quando mulheres sertanejas eram efetivamente donas ou gestoras de propriedades rurais, seus nomes frequentemente não constavam nos documentos oficiais. A legislação brasileira, até tempos relativamente recentes, restringia os direitos das mulheres à propriedade e ao controle econômico. O Código Civil de 1916, vigente até 2002, estabelecia a figura do "chefe de família" masculino, subordinando as esposas à autoridade marital. Mulheres casadas necessitavam autorização dos maridos para trabalhar, viajar ou administrar bens.

Essa subordinação legal materializava-se nos registros de propriedade, que eram feitos em nome dos maridos, pais ou irmãos, mesmo quando as mulheres eram responsáveis diretas pela gestão das terras. Esse apagamento documental perpetua-se até hoje, dificultando, inclusive, que descendentes reiviniquem direitos sucessórios ou reconhecimento de posse tradicional.

Embora avanços legais tenham ocorrido nas últimas décadas, as mulheres sertanejas, especialmente as negras, continuam enfrentando obstáculos significativos para o pleno exercício de seus direitos territoriais e econômicos. O acesso ao crédito rural constitui exemplo paradigmático dessas dificuldades. Instituições financeiras, incluindo bancos públicos que operam linhas de crédito para agricultura familiar, frequentemente exigem garantias que as mulheres não possuem: titularidade formal da terra, histórico de crédito, documentação completa. Mesmo quando possuem documentos que comprovam a posse, enfrentam preconceitos institucionais que privilegiam os homens como interlocutores legítimos nas questões econômicas.

A falta de acesso ao crédito gera consequências graves: impossibilita investimentos em melhorias produtivas, limita a diversificação de atividades, perpetua ciclos de pobreza. Mulheres que poderiam expandir suas produções, adquirir equipamentos ou desenvolver agroindústrias familiares veem-se impedidas por barreiras burocráticas e culturais.

A questão fundiária apresenta complexidade adicional. Muitas mulheres sertanejas, habitam e trabalham em terras que não possuem titulação regular, seja por se tratar de posses tradicionais não documentadas, seja por pertencerem a áreas de uso coletivo de comunidades tradicionais, seja ainda, por questões sucessórias não resolvidas. A ausência de documentação formal não apenas

dificulta o acesso a crédito e políticas públicas, mas coloca essas mulheres em situação de vulnerabilidade frente a processos de grilagem, expansão do agronegócio e projetos de desenvolvimento que desconsideram ocupações tradicionais.

A compreensão das mulheres sertanejas sobre sua relação com a terra transcende a lógica proprietária moderna. Quando Itamar Vieira Junior (2019, p. 229-230) coloca em sua personagem a afirmação: "Esta terra mora em mim, brotou em mim e enraizou. Aqui é a morada da terra. Mora aqui em meu peito", expressa concepção de pertencimento que não depende de escrituras ou documentos oficiais.

Essa noção aproxima-se do conceito de *genius loci* recuperado por Norberg-Schulz (2007): cada lugar possui espírito próprio, caráter específico que determina modos de habitar. As mulheres sertanejas, ao longo de gerações, estabeleceram "acordo" com o *genius* do sertão, aprenderam seus ritmos, seus ciclos, suas exigências e generosidades.

Tuan (1983) distingue lugar de espaço justamente por essa dimensão de apropriação afetiva e simbólica. O sertão, para essas mulheres, não é espaço abstrato ou território a ser conquistado, mas lugar onde se entrelaçam memórias, afetos, identidades. É onde nasceram, onde enterraram seus mortos, onde plantaram suas roças, onde criaram seus filhos.

Santos (2006) politiza essa discussão, ao propor o conceito de espaço do cidadão: o direito ao território não é mera questão jurídica, mas dimensão fundamental da cidadania. A exclusão territorial das mulheres negras sertanejas, materializada na ausência de titularidade, na falta de acesso a recursos e na invisibilidade perante o Estado, constitui negação de cidadania plena.

Haesbaert (2024) avança ao propor a indissociabilidade entre corpo e território, especialmente a partir de epistemologias indígenas e africanas, nas quais essas dimensões se constituem de forma integrada e relacional. Os corpos das mulheres sertanejas carregam as marcas da terra cicatrizes do trabalho, pele marcada pelo sol, mãos calejadas. Simultaneamente, a terra carrega marcas desses corpos plantações cultivadas, casas construídas, caminhos percorridos, crianças paridas.

Apesar dos inúmeros desafios, as mulheres sertanejas têm construído formas organizativas de resistência e luta por direitos. Movimentos como a Articulação

Semiárido Brasileiro incluem em suas pautas questões específicas das mulheres, como o acesso à água, a tecnologias sociais adaptadas, à agricultura familiar e à agroecologia.

Organizações de mulheres trabalhadoras rurais, sindicatos e associações comunitárias constituem espaços onde essas mulheres exercitam protagonismo político, constroem redes de apoio mútuo e formulam demandas coletivas. Essas organizações têm pressionado por políticas públicas específicas, como programas de acesso ao crédito com recorte de gênero, assistência técnica qualificada e regularização fundiária que reconheça a titularidade feminina.

A produção cultural também se configura como espaço de resistência. Escritoras como Rachel de Queiroz e Maria Valéria Rezende trouxeram ao centro de suas narrativas personagens femininas sertanejas complexas, fugindo de estereótipos vitimizadores. A literatura contemporânea, especialmente *Torto Arado*, de Itamar Vieira Junior, tem dado visibilidade às experiências das mulheres negras rurais, contribuindo para transformar imaginários.

As redes sociais e tecnologias digitais têm permitido que mulheres sertanejas compartilhem suas histórias, comercializem seus produtos artesanais, conectem-se com públicos mais amplos. Embora o acesso à internet no sertão ainda seja limitado e desigual, quando existe, abre possibilidades de visibilidade e articulação política que antes eram impensáveis.

4 CONSIDERAÇÕES (QUASE) FINAIS

Este ensaio teórico-reflexivo propôs-se a refletir criticamente sobre a invisibilidade histórica e social das mulheres negras sertanejas, reconhecendo suas contribuições fundamentais para a construção cultural, econômica e simbólica do sertão brasileiro. Ao articular categorias da Geografia Humanista: *lugar*, *território* e *pertencimento*, com aportes dos estudos decoloniais e do feminismo negro interseccional, buscou-se evidenciar que essas mulheres, longe de serem figuras secundárias ou passivas, constituem sujeitas políticas centrais na produção e na manutenção da vida nesse espaço.

A análise desenvolvida permitiu compreender que a invisibilidade das mulheres negras sertanejas não resulta de ausência efetiva, mas de processos

estruturais e históricos de silenciamento, epistemicídio e marginalização. Desde as narrativas literárias fundacionais como *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, até os registros documentais contemporâneos, essas mulheres foram sistematicamente apagadas, tendo seus nomes omitidos, seus saberes desqualificados e suas agências negadas.

No entanto, este trabalho também evidenciou que, apesar das violências estruturais, as mulheres negras sertanejas construíram e constroem formas múltiplas de resistência. Seus saberes tradicionais relacionados à agricultura de sequeiro, ao uso de plantas medicinais, às práticas de cura espiritual e à construção de moradias adaptadas ao ambiente constituem epistemologias legítimas que desafiam a hegemonia do conhecimento técnico-científico moderno. Sua relação com a terra, compreendida não como mercadoria, mas como dimensão existencial e identitária, questiona profundamente a lógica proprietária capitalista.

A mobilização dos conceitos de *lugar* (Yi-Fu Tuan), *território* (Milton Santos; Rogério Haesbaert) e *corpo-território* (Carla Akotirene; Rogério Haesbaert) revelou-se particularmente produtiva para compreender a especificidade da experiência dessas mulheres. O sertão, para elas, não é apenas espaço geográfico delimitado por coordenadas, mas lugar carregado de afetos, memórias e significados. A terra não é externa aos seus corpos, mas constitutiva de suas próprias identidades. Como expressou a personagem de Itamar Vieira Junior, "esta terra mora em mim, brotou em mim e enraizou".

A perspectiva interseccional, fundamentada em Collins, Gonzalez e Davis, permitiu compreender que as opressões vivenciadas por essas mulheres não são isoladas, mas se entrelaçam: racismo, sexismo, classismo e marginalização territorial potencializam-se mutuamente, produzindo experiências específicas que exigem análises e intervenções igualmente específicas. Não é possível pensar a questão das mulheres sertanejas sem considerar raça; não é possível pensar a questão racial no Brasil sem considerar gênero e classe.

Os desafios contemporâneos identificados especialmente relacionados ao acesso à terra, ao crédito rural e ao reconhecimento formal de direitos evidenciam que, embora avanços legais tenham ocorrido nas últimas décadas, persistem barreiras estruturais e culturais que impedem o pleno exercício da cidadania por parte dessas mulheres. A titularidade da terra, o acesso ao financiamento e a

participação em espaços decisórios continuam sendo negados ou dificultados por instituições que reproduzem lógicas patriarcais e racistas.

Reconhece-se como principal limitação desta pesquisa a ausência de pesquisa empírica com mulheres negras sertanejas. Embora o ensaio teórico-reflexivo constitua metodologia legítima e produtiva, a escuta direta dessas mulheres por meio de entrevistas, histórias de vida e observação participante, certamente, enriqueceria e complexificaria substancialmente as análises aqui apresentadas.

As vozes das sertanejas negras, neste trabalho, aparecem mediadas por produções literárias, acadêmicas e documentais, elaboradas por terceiros. Embora se tenha buscado privilegiar autoras negras e perspectivas críticas, reconhece-se que nenhuma mediação substitui a fala direta das sujeitas cuja experiência se busca compreender. Futuras pesquisas de cunho empírico são não apenas desejáveis, mas necessárias para aprofundar e corrigir as reflexões aqui esboçadas.

Outra limitação refere-se à amplitude geográfica e cultural do próprio sertão brasileiro. Embora se tenha tratado das "mulheres negras sertanejas" de forma relativamente generalizada, reconhece-se que existem diferenças significativas entre as diversas regiões sertanejas dos sertões baianos aos sertões nordestinos, mais amplo, das áreas próximas aos grandes centros às localidades mais isoladas. Estudos futuros poderiam beneficiar-se de recortes geográficos mais precisos, como o do Território de Identidade onde se localiza o Campus IV da UNEB, o Piemonte da Diamantina, permitindo análises contextualizadas que considerem especificidades locais.

Ainda, assim, este trabalho abre múltiplas possibilidades de investigação futura. Sugere-se, dessa forma:

- a) **pesquisas empíricas com metodologias participativas:** estudos que privilegiem a escuta direta das mulheres negras sertanejas, utilizando metodologias como histórias de vida, entrevistas em profundidade, pesquisa-ação participativa. Essas pesquisas devem buscar não apenas "conhecer" essas mulheres, mas construir conhecimento com elas, reconhecendo-as como coprodutoras da pesquisa;
- b) **estudos geográficos sobre territorialidades femininas negras:** investigações que analisem concretamente como as mulheres negras produzem e significam territórios no sertão, identificando práticas espaciais

específicas, redes de sociabilidade, circuitos econômicos, lugares simbólicos;

- c) **análise de políticas públicas:** pesquisas que avaliem criticamente programas e políticas voltados para mulheres rurais, identificando avanços, limitações e lacunas. Especial atenção deve ser dada à implementação local dessas políticas e aos obstáculos encontrados pelas mulheres para acessá-las;
- d) **estudos interseccionais:** investigações que aprofundem a compreensão das intersecções entre raça, gênero, classe, sexualidade e território no contexto sertanejo, reconhecendo a pluralidade de experiências dentro do próprio grupo "mulheres negras sertanejas";
- e) **pesquisas sobre saberes tradicionais:** estudos interdisciplinares que documentem, sistematizem e valorizem os conhecimentos das rezadeiras, parteiras, agricultoras e outras detentoras de saberes tradicionais, estabelecendo diálogos respeitosos com o conhecimento científico acadêmico;
- f) **investigações sobre juventude:** pesquisas que abordem as experiências das jovens mulheres negras no sertão contemporâneo, suas perspectivas de futuro, projetos de vida, estratégias de permanência ou migração. Compreender as expectativas e desafios enfrentados pelas novas gerações é fundamental para pensar políticas de desenvolvimento territorial sustentável.

REFLEXÃO FINAL

Visibilizar as mulheres negras sertanejas não é gesto de benevolência acadêmica, mas compromisso ético-político fundamental. Essas mulheres são, de fato, as "donas do sertão", não no sentido jurídico-formal da propriedade, frequentemente negada a elas, mas no sentido existencial profundo de quem construiu, mantém e renova a vida nesse território. São elas que plantam e colhem, que cuidam e curam, que criam e educam, que rezam e resistem.

Reconhecer suas contribuições, valorizar seus saberes, garantir seus direitos não é apenas reparar injustiças históricas, mas construir futuro mais justo para toda

a sociedade brasileira. O sertão que emerge das narrativas dessas mulheres é radicalmente diferente daquele construído pelas representações hegemônicas: não é espaço de falta, atraso ou miséria, mas território de vida, cultura, resistência e dignidade.

Este trabalho, consciente de suas limitações, pretende ser contribuição inicial a um projeto intelectual e político mais amplo: o de descolonizar os saberes geográficos, reconhecendo como legítimas e centrais as epistemologias produzidas por mulheres negras das margens. Como afirma Ribeiro (2018), trata-se de questionar "quem pode falar, sobre o que pode falar e em que condições". As mulheres negras sertanejas têm muito a dizer; cabe à academia, finalmente, aprender a escutar.

Que este ensaio seja apenas início de longas conversas, de pesquisas colaborativas, de reconhecimentos merecidos. Que as sertanejas negras, historicamente confinadas ao silêncio, possam ocupar cada vez mais espaços de fala, decisão e poder. Que a terra que elas pariram e que mora em seus peitos seja, enfim, reconhecida como delas juridicamente, simbolicamente, existencialmente.

Entre terra e silêncio, as mulheres negras sertanejas construíram e constroem pertencimento. Cabe a nós, estudantes e professores comprometidos com a justiça social, amplificar suas vozes, valorizar suas histórias e lutar ao seu lado por um Brasil onde todas as vidas, todos os saberes e todos os territórios sejam respeitados e celebrados.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. O ensaio como forma. *In*: ADORNO, Theodor W. **Notas de literatura I**. Tradução de Jorge de Almeida. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 1986. p. 15-45.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2020. (Feminismos Plurais).

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**: campanha de Canudos. São Paulo: Martin Claret, 2002. (Obra original publicada em 1902).

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas desde o feminismo decolonial. *In*: HOLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2014. p. 120-138.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FERREIRA, Luzilá Gonçalves. Mulheres de Canudos. *In*: NASCIMENTO, José Leonardo do (org.). **Os Sertões de Euclides da Cunha**: releituras e diálogos. São Paulo: Editora Unesp, 2002. p. 367-380.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Organização de União dos Coletivos Pan-Africanistas. São Paulo: Diáspora Africana, 2018. p. 190-214.

HAESBAERT, Rogério. O corpo como território. **GEOgraphia**, Niterói, v. 26, n. 56, p. 1-23, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/43100>. Acesso em: 25 nov. 2025.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LUKÁCS, Georg. **A alma e as formas**: ensaios. Tradução de Rainer Patriota. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. (Obra original publicada em 1911).

NORBERG-SCHULZ, Christian. O fenômeno do lugar. *In*: NESBITT, Kate (org.). **Uma nova agenda para a arquitetura**: antologia teórica (1965-1995). Tradução de Vera Pereira. São Paulo: Cosac Naify, 2007. p. 444-461.

OLIVEIRA, Daniela Barbosa de. **Letra & imagem, gênero & paisagem**: mulheres sertanejas entre História, Literatura e Fotografia. 2022. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/14630>. Acesso em: 25 nov. 2025.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

TRINDADE, André Karam. Direito, literatura e emancipação: um ensaio sobre o poder das narrativas. **Revista Jurídica** – Unicritiba, Curitiba, v. 3, n. 44, p. 86-116, 2016. Disponível em: <http://revista.unicritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/1739/1133>. Acesso em: 25 nov. 2025.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Torto arado**. São Paulo: Todavia, 2019.